



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 23

Sessão Ordinária de Dezembro

1.ª Reunião de 22-12-2010

Aos vinte dois dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Marco António da Costa Gonçalves, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Victor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada não se verificou a ausência de Vogais:[001](#)

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso (chegou às 21:00 horas), Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José da Cruz Costa, João Francisco Carvalho de Sousa e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Rafael Alexandre Lopes Nevado e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, respectivamente.

O sucedâneo António Manuel Santos Salavessa apresentou escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e Victor Manuel Silva Martins, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira e Victor Manuel Marques Oliveira, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁰², deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Aveiro;

Ponto 3. – Estrutura Nuclear da Organização dos Serviços do Município de Aveiro;

Ponto 4. – Regulamento Municipal das Feiras;

Ponto 5. – Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro – correcção material;

Ponto 6. – Propostas de Recomendação:

a) Implementação de um orçamento de base zero;

b) Levantamento de imóveis devolutos no concelho de Aveiro.

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁰³, colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:⁰⁰³

Acta n.º 20 – Sessão Ordinária de Setembro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor, uma abstenção, zero votos contra.

Acta n.º 21 – Sessão Ordinária de Setembro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor, duas abstenções e zero votos contra.

Acta n.º 22 – Sessão Ordinária de Setembro - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor, duas abstenções e zero votos contra.

Voto de Pesar ⁰⁰⁴

«No passado dia 28 de Outubro Aveiro perdeu um dos seus cidadãos mais marcantes e ilustres.

A história social e política aveirense viu partir uma das personalidades que mais se destacou na defesa e promoção de Aveiro, quer na área política e social, quer no desempenho zeloso da sua profissão enquanto médico e cardiologista.

O Dr. Rogério da Silva Leitão foi um digno Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro entre 1994 e 1997, vogal deste órgão autárquico entre 1986 e 1993, e um reconhecido médico director do serviço de cardiologia do Hospital Infante D. Pedro, de Aveiro.

Tais marcos de referência na história da região de Aveiro valeram ao Dr. Rogério da Silva Leitão a atribuição pelo Município de Aveiro, a 12 de Maio de 2005, da Medalha de Mérito Municipal em prata.

O papel que dignamente desempenhou na promoção e defesa do poder local, no desenvolvimento de Aveiro e desta região, através de uma incontestável e irrepreensível intervenção cívica, política e como médico, colocam o Dr. Rogério Leitão, merecida e inequivocamente, no rol dos que condignamente preenchem a galeria dos ilustres aveirenses.

Neste sentido, a Mesa da Assembleia Municipal de Aveiro propõe um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Rogério da Silva Leitão e o cumprimento de um minuto de silêncio como merecida homenagem. E que se dê conhecimento à sua família.»

Feita a leitura, o Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação do plenário o Voto de Pesar, seguido de um minuto de silêncio, sendo mesmo aprovado por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Mesa⁰⁵ nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste Período de Intervenção do Público, os seguintes vogais:

Usou da palavra a munícipe, Vera Lúcia Pires da Rosa⁰⁰⁶, residente na Vera Cruz, que veio expor um assunto relacionado com problemas urbanísticos e poda das árvores na zona da Piscina do Sporting Clube de Aveiro.

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Sesnando Alves dos Reis)

Usou da Palavra o munícipe, João Silva Sousa⁰⁰⁷, na qualidade de dirigente da Associação de Lavradores do Distrito de Aveiro, para colocar assunto relacionado com as vendas dos agricultores no Mercado Santiago.

Usou da palavra a munícipe, Alda Alexandra da Silva Esteves Pinto⁰⁰⁸, residente em São Jacinto, que veio expor assunto relacionado com a tributação de IMT e IMI taxados naquela freguesia.

Usou da palavra o munícipe, Agostinho Carvalho da Silva⁰⁰⁹, residente em Santa Joana, para expor assunto relacionado com o Mercado de Santiago.

Usou da palavra o munícipe, Bruno Miguel Alves Bento⁰¹⁰, na qualidade de representante do movimento cívico contra as SCUT, para explanar os inconvenientes que as portagens nas SCUTS implicam na população do concelho

De seguida usaram da palavra, nos termos regimentais, os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [011](#)

“Obrigado. Boa Noite. Em nome do Partido Comunista Português gostaria de saudar os cidadãos que hoje aqui vieram intervir. Saudá-los pelo exemplo de participação cívica e do interesse pela causa pública que manifestam, e também os saudava pela natureza dos temas que trouxeram e que escolheram trazer aqui hoje, pela sua actualidade e importância.

Referia-me às intervenções pela ordem porque elas existiram.

Em relação à primeira cidadã, dir-lhe-ia que o PCP está solidário com os problemas que ela manifesta. De facto, são problemas, não exclusivos das áreas a que a cidadã se referiu, mas que se sentem um pouco por toda a cidade. São problemas de natureza urbanística que, de facto, vão perpassando. Em Aveiro vão sendo cometidos erros que hoje em dia pagamos por eles. Erros esses que são agravados com o desinvestimento, nomeadamente, no transporte público e em algumas vias que a cidadã abordou que são degradadas pelo excesso de carros que se vêem forçados a irem para zonas afastadas do centro da cidade, mas ainda assim, relativamente próximas, por forma a que os cidadãos consigam fugir ao pagamento do estacionamento.

Referindo-me à segunda intervenção, diria ao senhor representante da ALDA (Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro) que o Partido Comunista Português está solidário com a posição assumida. cremos que o abaixo-assinado deve ser valorizado. cremos que, efectivamente, a Câmara Municipal de Aveiro, na forma, no método e o que fez não é correcto. Aqueles pequenos comerciantes e agricultores deveriam ter sido auscultados. Mais ainda, esta medida é tomada numa altura do ano de vendas importantes e decisivas para o seu balanço anual, e cremos que a presença e a participação daqueles agricultores é importante para a valorização daquele mercado e é também importante para a defesa e promoção da agricultura tradicional e familiar do nosso país. cremos que, ao contrário de outros, um bom mercado municipal – grande, dinâmico e variado - é, de facto, um elemento distintivo das cidades e cremos que Aveiro não deve perder essa oportunidade. Diria ainda ao representante da ALDA que a sua intervenção foi importante. Foi importante pelo sentido da valorização e da dignificação do trabalho ligado à terra, da produção nacional. O Partido Comunista Português saúda a ALDA e a luta destes pequenos e médios agricultores, tradicionais e familiares.

Relativamente aos aumentos das taxas de IMI e IMT, assunto trazido à coação pela cidadã moradora em São Jacinto, de facto, o exemplo trazido, é violento, é extremo, é bárbaro. Merece meditação. cremos que a Câmara Municipal de Aveiro e o seu Executivo terão a oportunidade, ainda neste mandato, de fazer a correcção adequada. Porque efectivamente não é preciso fazer grandes contas para perceber que é um encargo pesado e é excessivo. Mais ainda pelo sítio e local onde a moradora reside, pelas características do isolamento e pelas acrescidas dificuldades que representam para as populações locais viver em São Jacinto. cremos que são pessoas que devem ser valorizadas, moradores que devem ser valorizados, pelo esforço a que estão sujeitos.

Diria ainda em relação à intervenção da cidadã de São Jacinto que ela não se limitou a esse tema. Trouxe outros... e creio que os trouxe bem. De facto, somos aveirenses e somos portugueses. Vemos e assistimos a injustiças. Vemos aqueles que menos têm e menos podem a serem sacrificados, em detrimento dos privilegiados e dos de sempre. A sua intervenção também trouxe um contributo para vincar este aspecto.

Relativamente à intervenção do cidadão Agostinho Carvalho, ainda relativamente ao Mercado de Santiago, eu dir-lhe-ia que tenha cuidado porque se, hoje, aqueles que estão a sofrer as consequências da política desta Autarquia são os que estão lá fora, na parte exterior do mercado, tenha cuidado... porque amanhã podem ser vocês. Portanto, tenha muito cuidado!

Por último, terminava referindo-me à intervenção sobre as SCUT.

Diria o seguinte, ao cidadão: dou-lhe os parabéns porque traz a questão correcta e aborda uma temática importante.

Efectivamente, o fim das SCUT à volta de Aveiro, A25 e A29 por exemplo, comportam custos acrescidos para as populações, nomeadamente, para quem precisa diariamente de utilizar aquelas estradas para produzir, para ir para o seu local de trabalho. Representa custos acrescidos para as empresas e para a dinâmica social e económica da nossa região, através de um ataque feroz, bárbaro, conduzido pelo PS em conluio com o PSD e que em nada contribuíram para o nosso desenvolvimento.

Terminaria dizendo que o aspecto da sinistralidade rodoviária, os riscos acrescidos para as populações e para os próprios condutores e automobilistas que se vêem obrigados a mudar de trajectos, a mudar de rotas, a entrar por outras zonas e redes viárias menores, é um aspecto que deve ser pesado e que merece a nossa valorização.

Esperamos que as preocupações trazidas por estes cidadãos a esta Assembleia Municipal sejam atendidas por parte da Autarquia e do Executivo.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) [012](#)

Vogal Carlos Barros (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [013](#)

“Muito Obrigado Sr. Presidente. Para iniciar a minha intervenção quero desejar a todos Votos de Boas Festas e um Bom Ano, e que o trabalho da Assembleia continue a ser exemplar, como até aqui tem sido.

Hoje, mais uma vez, tivemos o exemplo da qualidade das intervenções que aqui foram expostas pelo público, e que revela a importância que esta Assembleia tem para o munícipe da cidade de Aveiro.

Em relação a algumas intervenções que foram aqui levantadas, algumas delas poderão ser mais desenvolvidas na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, em relação a outras poderá ser, neste momento, já dito algo sobre elas.

Em relação à primeira intervenção, da D. Vera Lúcia, os problemas urbanísticos que ela aqui aponta são problemas do dia-a-dia, do desgaste de uma cidade, de uma manutenção que é necessário fazer-se, porque a cidade é utilizada, porque a cidade tem vida, porque tem a presença das pessoas e tem a qualidade de vida que nós todos desejamos. Algo que já foi reconhecido há bem pouco tempo num inquérito feito e apresentado na imprensa, na semana passada.

Portanto... é um desgaste natural e usual que merece uma melhor assistência, dependendo das condições actuais da própria Autarquia e do próprio cidadão que também tem que fazer com que essa degradação não se execute e não degrade cada vez mais as condições da cidade. O cidadão tem muita responsabilidade nisto – é isso que eu quero fazer ver. Não é só a Autarquia que tem que reconhecer, é também o cidadão que tem de ter sensibilidade e um fundo cívico no meio disto tudo.

Em relação à segunda intervenção, do Sr. João Silva, não compreendo muito bem o que esse senhor veio para aqui dizer. Porque pelo que ouvi falar e pelo que estive ao corrente das situações que se passam no Mercado de Santiago, a situação foi resolvida, as pessoas em vez de estarem cá fora vão para dentro do mercado, vão ter melhores condições de actividade, vão ter melhores condições higiénicas, vão ter melhores condições sanitárias. Todos cabem lá dentro. Os que estavam cá fora e os que estavam lá dentro, continuam todos em conjunto lá dentro. Há bastante mais possibilidade de se fazerem melhores negócios. Pelo que não compreendo a posição deste senhor que, ainda por cima, veio com uma assinatura de cento e trinta consumidores. Desculpe... mas se o Mercado de Santiago só tiver cento e trinta consumidores, conseguir um abaixo-assinado de cento e trinta consumidores, então mais vale fecharem Santiago. Ter apenas cento e trinta consumidores, não vale a pena existir Santiago.

Portanto, só isso vale o que vale e as palavras deste senhor valem o que valem. Ele veio aqui defender alguma coisa que eu não sei e, por isso, não vale a pena estarmos a adiantar mais nada.

A D. Alda Pinto... é uma situação que só ao Governo diz respeito. O IMI e o IMT só ao Governo dizem respeito. São as políticas governamentais que têm sido implementadas. Mais uma vez apelo ao protesto dos cidadãos e com o nosso protesto e com a nossa solicitação para fazer novas reavaliações para tentarmos que situações destas sejam alteradas. Só com o nosso esforço é que podemos, realmente, alterar alguma situação que foi criada e que foi aprovada em Assembleia da República. Não deixando de escorar que com o apoio das assembleias municipais e com várias moções, deverá ser tudo em conjunto, para conseguirmos que esta legislação seja alterada. Tudo isto da responsabilidade do Governo que está e lá está há alguns anos.

Em relação às SCUT, penso que é um assunto que será sobejamente falado, continuamente. Ainda agora a Câmara de Aveiro interpôs recurso ao Tribunal Europeu e ao Tribunal nacional sobre a situação das SCUT. Embora eu julgue que nós temos um problema gravíssimo que é Cacia. Neste momento o trânsito pela EN109 é caótico já que a grande maioria da população está a utilizar a EN109 para poder desviar-se da SCUT, o que provoca ali situações bastante graves. Desde situações ambientais, porque passa ao pé de uma escola, com questões terríveis de salubridade e qualidade do ar, até à degradação dos pavimentos, até perigosidade que há no atravessamento daquela via porque a estrada é muito estreita e as habitações estão muito encostadas à estrada. É extremamente grave o que se está ali a passar.

Eu até propunha, desde logo, a proibição da passagem de tráfego pesado e depois veríamos as consequências. Temos que ver as consequências porque não podemos estar a sacrificar os cidadãos, os moradores daquela freguesia, com as condições que o Governo criou para que aquilo exista. Proibindo ali o trânsito pesado talvez fosse uma das hipóteses de tentar forçar o Governo a tomar outra posição e a acabar com as SCUT nesta zona de Aveiro.

É uma posição civilizada que não vai contra o Estado de Direito. É uma posição correcta e que nós todos devemos tomar e que devemos pensar nela.

Desde já deixava isso aqui em aberto, para todos pensarmos, para mais tarde, numa solução para resolvermos a situação. Para já é tudo. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰¹⁴

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹⁵

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰¹⁶

Vogal David Martins (PPS/PSD)⁰¹⁷

Vogal Raul Martins (PS)⁰¹⁸

Vogal David Martins (PPD/PSD)

Presidente da Mesa:⁰¹⁹

“Já agora, senhores deputados, se há assunto em que devemos ser unânimes é na repulsa daquilo que está acontecer a Aveiro.

Uma segunda questão é: a Mesa está disponível para que a Assembleia tome qualquer tomada de posição ou recorra a qualquer meio — sem excepção. Estamos receptivos a qualquer meio, sem excepção. Tal a situação deplorável e atentatória, nos 250 anos que levamos como cidade.”

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD)⁰²⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²¹

“Sr. Presidente é claro que eu queria falar sobre as intervenções dos cidadãos, mas esta última intervenção do Partido Socialista que teve mais tempo de antena, também me

merece, agora, um outro conjunto de considerações e, por isso, faça favor, agora vai ter de me deixar falar, até por uma questão de igualdade em relação a todos e aquilo que quer de unanimidade e todos estarmos, precisamente, a favor de algo que é justo para o Município de Aveiro, de uma discriminação que nos fizeram. Por isso, eu gostaria de pôr aqui os “pontos no is” em relação a alguns assuntos. Já há muito tempo que esta Assembleia aprovou uma moção contra a introdução de portagens em sítios do nosso concelho que nós considerávamos, posso agora dizer obscenos, apesar de não ter sido essa a palavra que nós na altura utilizámos.

Posteriormente voltámos a aprovar uma segunda moção. Posso também lembrar os meus colegas da bancada do Partido Socialista que já há muito tempo foi constituída uma comissão desta Assembleia que se reuniu com a técnica responsável pela mobilidade, para encontrarmos os argumentos, com base nos fluxos de trânsito, para sustentar a moção que entretanto aprovámos.

Quero dizer que nessa altura o Partido Socialista comunicou aos membros dessa comissão que «não se preocupem porque nós conseguimos mover as nossas influências como partido que somos do Governo para que Aveiro não seja discriminado». Pois é isso que nós estamos a ver. E agora estamos a ver um representante do Partido Socialista a “fugir com o rabo à seringa”. E a juntar-se com todos a dizer «é agora que temos que nos juntar! Temos que nos unir». Virar-se contra um Sr. Presidente de Junta e dizer «onde é que o senhor estava?» e outras coisas assim. Os senhores assumam a vossa responsabilidade.

O Dr. Raúl Martins assuma a sua responsabilidade, quando diz aquelas baboseiras que chegaram a Lisboa, não nos dignificaram absolutamente nada. Antes pelo contrário. Mostraram que existem alguns “bacocos” nesta Assembleia Municipal que não se sabem comportar e que não sabem respeitar a democracia.

Porque em democracia nós temos que aceitar ganhar e temos que aceitar perder. E nós, aquilo que temos que ter são argumentos que possam convencer os nossos governantes em Lisboa de que aquilo que estão a fazer a Aveiro não se pode fazer. Colocar uma portagem a separar duas partes urbanas que fazem uma contiguidade, não se faz. O estarem a canalizar o trânsito para uma zona urbana como é a zona de Cacia, colocando um pórtico em Cacia, de maneira nenhuma pode existir. Estar a portajar estradas que têm mais de vinte anos não pode de maneira nenhuma acontecer. Agora não são essas atitudes que alguns elementos do Partido Socialista, e aqui eu discrimino aqueles que realmente nos querem ajudar daqueles que dizem que nos querem ajudar mas que, na realidade, só estão a prejudicar, com esses, realmente não vamos a lado nenhum.

Temos é que continuar a usar os bons argumentos e as boas pessoas para mostrar que há uma situação que nos choca muito, a todos nós aveirenses, e que estamos dispostos a lutar democraticamente para que as coisas possam ser revogadas, democraticamente.

Este foi o parêntesis que gostaria de fazer porque não era para falar sobre as portagens, uma vez que os meus colegas já iriam falar sobre este assunto.

Muito rapidamente dizer que gostei muito que, pela primeira vez, cinco munícipes tivessem vindo falar a esta Assembleia Municipal. Isto mostra que há uma participação cívica muito importante apesar de alguns assuntos aqui abordados poderiam ser mais bem abordados se fossem colocados em reunião de Câmara. Alguns assuntos particulares de arranjos de algumas ruas específicas, acho que nós não somos um poder executivo, nós somos um poder deliberativo, e, por isso, é junto da Câmara Municipal que muitos desses assuntos vão ter que ser tratados. Apesar daquilo que considero terem sido alguns desabafos e algumas indicações importantes para nós, acho que esses assuntos deveriam voltar a ser tratados em reunião de Câmara.

Quanto aos outros assuntos, são os assuntos que foram colocados quanto ao Mercado de Santiago, penso que nós teremos oportunidade de voltar a esse assunto na Comunicação do Sr. Presidente da Câmara, uma vez que aí todos nós teremos mais tempo para falar.

Só em relação à D. Alda Pinto, dar-lhe os parabéns pela excelente intervenção que fez, que nos interpelou a todos numa altura de Natal, numa altura de solidariedade, numa altura em que nos fez ver que há um conjunto de políticas que podem ser muito injustas se forem tratadas longe dos cidadãos. A política faz-se é junto dos cidadãos, com as dificuldades que os cidadãos apresentem. E aí, não há nada melhor que os nossos presidentes de junta, com a proximidade que podem ter e que nos podem ajudar muito nesta Assembleia, para que nós possamos, quanto muito, minimizar alguns dos problemas que muitos dos nossos cidadãos, neste momento, têm. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰²²

Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Fernandes ⁰²³

Presidente da Câmara: ⁰²⁴

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. SCUT, Bruno Miguel. Conforme o Bruno se apercebeu pela forma como decorreu a Assembleia, a posição de frontal discordância que a Assembleia Municipal e o Executivo têm em relação às SCUT é do conhecimento público, chegou às entidades responsáveis e também chegou aos decisores políticos. Por isso a posição é clara e importa aqui referir, em nome do Município, as acções concretas que decorrerão neste período que medeia entre a última e esta Assembleia, acções desenvolvidas pelo Executivo. Relevar aqui a queixa que apresentámos junto da Comissão Europeia, convictos que estamos que o regime jurídico de introdução de portagens e o regime jurídico da sua efectiva cobrança põem em causa e violam, de forma ostensiva, princípios elementares do direito da União Europeia, e, mais recentemente, no dia dez de Dezembro de dois mil e dez, instaurámos no Tribunal Central Administrativo do Norte uma acção administrativa especial onde é pedida a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade de um conjunto de normas que concretizam a introdução de portagens e definiram o regime jurídico da respectiva cobrança. Respeitámos, desta forma, as normas de funcionamento que devem presidir a um Estado de Direito e, naturalmente, objectivámos defender, como é nossa obrigação, o interesse do Município e o interesse dos munícipes.

Desejamos que estas duas entidades que se terão de pronunciar dêem vencimento à nossa posição.

Dra. Vera Lúcia. Anotámos, de forma devida, as sugestões e as questões, apesar de muitas, que nos trouxe aqui, e dar-lhe uma boa notícia. Como sabe, da última vez que cá esteve colocou a questão da envolvente à piscina do Sporting Clube de Aveiro. Penso que, na altura, terá sido referido que existia na envolvente uma situação ainda por resolver de um terreno que era privado e, naturalmente, não poderíamos intervir num terreno que era privado. Dar-lhe essa boa notícia de que, na passada semana, finalmente fizemos a escritura de compra, aquisição, desse terreno privado. Ele já é do Município e agora já agiliza ou facilita a melhoria e a requalificação daquele espaço.

À Alda Pinto cumprimentá-la e saudá-la e dizer-lhe que é dramática a situação que a Alda vive. Infelizmente há muitas “Aldas” no nosso país que vivem situações análogas. Nos atendimentos que nós temos com os cidadãos vamo-nos apercebendo que infelizmente são cada vez mais.

Em relação à questão do IMI, como sabe é um imposto nacional. A nós, Município, a única competência que nós temos nessa área em relação ao imposto, ao IMI, é definir a percentagem, de uma forma muito simples, a percentagem que o cidadão irá pagar. O Estado define um tecto, define entre zero cinco e zero dois em termos de prédios urbanos, e a nós Município, a nós Assembleia Municipal, compete, entre zero dois e zero cinco, definir qual é o valor que as pessoas terão de pagar. Isto se for um prédio urbano, se for rústico já

serão outros valores. Também coeficientes de localização serão outros parâmetros. Compete-nos a nós definir isso, dentro dessa baliza.

E foi pela Alda e por outras “Aldas” que existem que nós, no início do nosso mandato - em Dezembro de dois mil e cinco Aveiro estava a cobrar o máximo que era permitido - foi por isso que em Dezembro de dois mil e cinco baixámos esse valor. Baixámos, não tenho presente, mas um valor que deverá rondar os vinte por cento, nessa altura. Isto é, na quantificação, na avaliação que as finanças iriam fazer em relação ao IMI, esse valor baixou e que teria de pagar cerca de vinte por cento. Mais à frente no mandato, constatando que esse valor não seria suficiente para atenuar estes dramas todos voltámos a baixar o valor do IMI. E baixámos mais vinte e cinco por cento no valor do IMI. Portanto, aqui já estão quase quarenta e cinco por cento do valor que baixou no IMI a pagar em Aveiro.

E considerámos ainda outras situações, além desta redução genérica, aplicável a todo o Concelho. Considerámos ainda situações especiais. Considerámos o caso das freguesias periféricas, nomeadamente, São Jacinto, Nossa Senhora de Fátima, Requeixo, e outras freguesias – freguesias periféricas – que, além deste valor, ainda aumentámos essa redução, portanto, reduzimos ainda mais, neste caso, mais quinze por cento.

Tem havido, da nossa parte, uma tentativa de tentar, com o sacrifício do próprio município – reparem que isto representa muitos milhões a menos que nós recebemos neste contexto todo municipal – o reconhecimento que nós procuramos ter em relação às dificuldades de muitas pessoas vão tendo na sua vida.

Compreendemos a revolta mas certamente que compreende que este esforço que temos vindo todos a fazer – isto foi aprovado no executivo e foi aprovado aqui na Assembleia Municipal – tem a ver com essa preocupação de procurar minorar essa dificuldades que muitos cidadãos vão mantendo.

Um meu último conselho, que não era necessário: não desista, porque essa palavra só existe no dicionário dos fracos. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – - Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[025](#)

“É um protesto Senhor Presidente. Das intervenções que tivemos aqui do público, apareceu aqui um cidadão que entre outras coisas informou que o Presidente de Câmara lhe terá comunicado algumas situações, nomeadamente que o Presidente lhe teria dito entre outras coisas que concordava essencialmente com ele, portanto discordando do que foi depois a deliberação na Câmara. Inclusive dizendo até que, o Presidente da Câmara teria dito à porta da Câmara qualquer coisa como “às vezes as deliberações da Câmara são tomadas pela rama”.

E portanto o meu protesto é neste sentido. Eu não sei o que se passou, mas o meu presidente da Câmara (apesar de não ter sido eleito pelo meu partido) e a minha Câmara têm de ser respeitados. E portanto, o que pedia é que em situações deste género das duas uma: ou há o desmentido em concreto ou se não se pode desmentir a situação é grave!”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra no Período de Antes da Ordem do Dia, os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Presidente da Mesa⁰²⁶

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE):

Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda⁰²⁷

«Moção - Em defesa de um serviço público de qualidade de transporte ferroviário de passageiros.

Recentemente foi tornado público um plano de redução de 15% nos custos operacionais para a CP que visam:

- a) concessão a privados do serviço urbano de Porto (que afecta a ligação Aveiro-Porto) e Lisboa; a supressão de 450 quilómetros de linha do serviço regional que se juntam aos 144 quilómetros já abatidos;
- b) redução de ligações diárias;
- c) despedimento de 815 trabalhadores, entre os quais 400 no sector de manutenção (EMEF), com um custo de 26 milhões de euros;

Atendendo a que:

a ligação à linha ferroviária nacional foi e é essencial para a centralidade e desenvolvimento do concelho de Aveiro;

a linha do Norte e do Vouga servem as necessidades de mobilidade da população de uma vasta região e sendo essencial a modernização da linha do Vouga, assim como a conclusão da modernização da linha do Norte, e ainda a estruturação em rede da ferrovia portuguesa; o transporte ferroviário de passageiros é bastante eficiente, seguro e confiável, assim como sustentável a nível urbanístico, energético e ambiental;

a administração da CP contratou já por 250 mil euros “com carácter de urgência” um consultor para estudar, em dois meses, a subconcessão da exploração das linhas urbanas de Lisboa e do Porto. Sendo que o único concessionário privado na ferrovia portuguesa – a Fertagus – recebe subsídios estatais e mesmo assim pratica preços bastante mais elevados que a CP, assim se pode antever o que poderá ser o futuro da ligação urbana Aveiro e Porto, entre outras;

a concessão das linhas mais rentáveis (urbanos de Porto e Lisboa) constituem um erro económico e de gestão grave;

as concessões e privatizações dos serviços previstas, a que se juntam as restrições do investimento público impostas pelo orçamento de Estado, adiam indefinidamente a modernização do único troço da linha do Norte ainda não modernizado (Ovar – Vila Nova de Gaia);

o despedimento de 815 trabalhadores, na sua maioria do sector da manutenção, contribuí para a crise social do país, assim como coloca em risco a qualidade do serviço público prestado e levará inevitavelmente à subcontratação de serviços de manutenção mais onerosos para a empresa e com menos direitos sociais para os trabalhadores;

a redução do número de ligação diárias em vários dos serviços regionais, incluindo a redução de uma ligação diária entre Coimbra e Aveiro, coloca sob pressão um serviço básico para a população;

que estas medidas previstas para a CP constituem, a par das restantes medidas de austeridade, mais um ataque ao salário dos portugueses;

o recente portajamento das SCUTs, que encareceu igualmente a mobilidade dos aveirenses, demonstra que uma acção atempada e decidida é essencial;

Considerando improcedentes os argumentos apresentados pela administração da CP para justificar as medidas, uma vez que a gestão da empresa não deu prioridade ao serviço público, antes a preparou para o desfecho agora anunciado. Este percurso da gestão da CP é evidente em vários elementos que, resolvidos, permitiria à empresa ferroviária melhorar o seu serviço de mobilidade e a sua rentabilidade, nomeadamente:

a desarticulação do serviço que, por exemplo, dita que uma simples viagem entre o Bombarral e Espinho tenha que ser feita em cinco comboios regionais diferentes.

A política tarifária que resulta do somatório de comboios utilizados e não do serviço prestado, ditando que o mesmo serviço em longo curso seja mais barato que o serviço regional (mais lento e com a necessidade de vários transbordos).

A desarticulação de horários que desencontra os vários serviços prestados pela CP.

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em sessão ordinária a 22 de Dezembro de 2010, delibera:

1 – Manifestar a importância do serviço público de transporte ferroviário de passageiros para o desenvolvimento de Aveiro e para a qualidade de vida dos aveirenses;

2 – Decretar o seu apoio a um serviço público de transporte ferroviário de passageiros, de qualidade, que tenha como prioridade a resposta às necessidades de mobilidade da população;

3 – Rejeitar veementemente os despedimentos, as privatizações e concessões de serviços, a supressão de linhas e serviços, a redução de ligações diárias e o desmembramento previstos para a CP.

4 – Solicitar à Câmara Municipal de Aveiro que, desde já, desenvolva todos os esforços para garantir a protecção do serviço público ferroviário de passageiros e a sua adequação às necessidades de mobilidade da população, impedindo igualmente as medidas anunciadas para a reestruturação da CP.

A Assembleia Municipal de Aveiro delibera ainda que o Presidente da sua Mesa reencaminhe esta moção para o Presidente da República, para o Primeiro-Ministro, para o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para o Presidente da Assembleia da República, para os líderes parlamentares das bancadas com assento na Assembleia da República e para todos os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Aveiro.»

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [028](#)

“Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados. Na passagem de ano de 2010 para 2011, o nosso país, a nossa região e o nosso Concelho prosseguem o rumo negativo de constante declínio e deterioração das condições de vida e de trabalho das populações e dos trabalhadores.

No plano nacional a situação é dramática e agrava-se a cada dia que passa, fruto das sucessivas políticas de direita perpetradas pelo Governo PS/Sócrates que em todos os momentos de apuro e dificuldade encontrou respaldo e apoio para a sua acção na actuação do Presidente da República e nas constantes cumplicidades legislativas de PSD e CDS em sede de Assembleia da República. Foi assim nos últimos Orçamentos de Estado, foi assim nos sucessivos PEC, será assim já no próximo Orçamento de Estado.

Todos os dias, no nosso país, ao invés do desenvolvimento e progresso programados e previstos na Constituição, assistimos ao gritante e crescente fosso entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, conduzindo 2 milhões de portugueses para a pobreza oficial e mais de 700 mil trabalhadores para o desemprego oficial e não declarado. Ao mesmo tempo que, contrastando com esta dolorosa situação, assistimos às crescentes, chocantes e provocadoras manifestações de luxo e opulência de uns poucos privilegiados. Em Portugal regista-se a crescente concentração e monopolização da riqueza num punhado de grandes grupos económicos e a crescente submissão do poder político ao poder económico, ao passo que a classe operária, os trabalhadores, os pensionistas e reformados e os falidos micro, pequenos e médios empresários são alvos de todas as repressões económicas e sociais.

E que resposta nos traz para o ano que aí vem a política de direita do Governo PS? Mais do mesmo com o agravamento das dificuldades e injustiças sociais. Vem aí o aumento

generalizado da carga fiscal sobre o trabalho e o consumo, vem aí o aumento generalizado dos preços da electricidade, água, transportes e outros serviços, vem aí as privatizações de importantes e estratégicos sectores da economia nacional, vêm aí brutais cortes nas prestações sociais com as suas decorrentes consequências, vem aí mais um ataque ao trabalho com mais nefastas mexidas legislativas.

Mesmo no meio disto, o Governo encontrou tempo para acolher no nosso país a Cimeira da NATO, uma cimeira de falcões, de guerra, de ocupação e destruição, onde se prometem novos alargamentos a Leste, a constituição dos famosos escudos anti-missil, a redefinição estratégica de uma força que promete alargar a sua dramática influência e acção pelo menos para o Próximo e Médio Oriente, para África e Ásia Central.

Este é um Governo, que com a cumplicidade e apoio activo da direita, arrasta o país para a subserviência total aos interesses estrangeiros e transnacionais, com a crescente submissão aos interesses e ingerências venham eles dos grandes bancos alemães, franceses ou holandeses, venham da OCDE, da UE, da NATO ou da oficiosa presença do FMI. Os Governos PS/Sócrates, com a cumplicidade de PSD e CDS, não é apenas responsável por apenas políticas de direita, são responsáveis por políticas de traição nacional e é por tal que deverá responder. Repito, é de traição nacional que falamos.

Em Aveiro, no nosso Concelho a situação social nos seus traços essenciais não é diferente do quadro nacional. Os dados disponibilizados pelo IEFP apontam no sentido da sistematização do desemprego e no aparecimento de novas e graves bolsas de pobreza no Concelho. Consequentemente importantes sectores da juventude aveirense vêm-se forçados a procurar soluções para a sua vida fora do Concelho e do país, procurando fugir ao desemprego, à precariedade no trabalho e na vida, fugindo da desesperança.

Mas também a vida democrática do Concelho está mais pobre, por exemplo com as notórias dependências na comunicação social ou com os crescentes tiques de autoritarismo e contorno à lei no Concelho, por exemplo no contexto da última greve Geral de passado Novembro.

Sabia esta Câmara que chefias da MoveAveiro, em clara, premeditada e flagrante violação da Lei da Greve e da actividade sindical foram apanhadas em actos de destruição de propaganda sindical ou mesmo, pasme-se, fazendo-se substituir no trabalho de trabalhadores em greve, tendo assim sido apanhados em flagrante e identificados pela PSP de Aveiro? Uma vergonha.

Sabia esta câmara que há empresas no Concelho que, de forma vingativa, revanchista e fora-da-lei, ainda não pagaram os respectivos subsídios de Natal aos trabalhadores grevistas? Isto também é a realidade de Aveiro hoje.

Mas também de pequenas realidades se faz a vida e o espírito de um concelho gerido na espuma dos dias, por um executivo sem rasgo ou ambição, incapaz de estabelecer prioridades, distante das necessidades, esperanças e anseios das populações, que escudando-se em estafadas desculpas revela uma confrangedora incapacidade executiva.

Mesmo correndo e aceitando o risco de passar em claro diversas realidades, poderíamos apontar como exemplos do abandono dos espaços do Concelho e das suas gentes, a falta de iluminação na zona de cima do Parque D. Pedro V, o estado degradante da calçada e zona envolvente ao Rossio, mas também o descuido que se concretiza na falta de iluminação, no desarranjo do jardim e respectiva vedação na zona intervencionada pela Polis. Não se compreende também a forma como foram tratados os pequenos comerciantes e produtores locais que habitualmente ocupam o exterior do Mercado de Santiago (sem auscultação, numa altura do ano decisiva para estes e em claro prejuízo da agricultura tradicional e familiar). Não se percebe também nem é já desculpável o estado calamitoso a que chegam importantes troços viários do Concelho com as chuvas de Inverno, não se percebe nem se aceita o estado de perfeita inundação que se atinge na Avenida Dr. Lourenço Peixinho com a chuva, tanta é a incúria na limpeza e saneamento. Urge ainda rapidamente avançar com

medidas necessárias no sentido da requalificação de alguns bairros sociais da cidade, como por exemplo o Caião. Eu tenho de dizer isto aqui: o PCP em votação do PIDAC propôs na Assembleia da República verbas para a reclassificação do Bairro do Caião. À época PSD e PS votaram contra! Não se entenderam.

As dificuldades presentes não podem servir de desculpa para que não se avance, ainda que na medida das possibilidades, ao encontro das necessidades, das aspirações e anseios das populações, rumo ao bem-estar e ao progresso económico e social que o Concelho exige.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [029](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [030](#)

“O Senhor deputado falou que o Hospital do Baixo Vouga é uma ambição de todos. Gostava que me esclarecesse: este centro hospitalar foi criado por ambição de quem? Por que eu saiba isto não passa de um acto de gestão administrativa, que como acto de acto de gestão poderá ter alguns ganhos. Mas não vai haver requalificação nenhuma. Nem do Hospital de Aveiro, nem do Hospital de Estarreja, nem do Hospital de Águeda. Portanto deseja saber se sabia deste pormenor?”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [031](#)

“Com certeza que sei. Esta é uma decisão que vem na sequência de tomadas de posições políticas por parte de governantes, nomeadamente a Ministra e o Secretário Estado da Saúde, no sentido da construção do novo hospital de Aveiro. E este insere-se no novo modelo de gestão hospitalar e portanto, é uma medida que está definida, e a senhora Ministra já aqui na nossa cidade tomou uma posição pública de compromisso relativamente à construção do novo hospital. Portanto é esse o esclarecimento que lhe é devido respeitante a essa matéria.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) [032](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [033](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE) [034](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) [035](#)

Presidente da Mesa [036](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [037](#)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) [038](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [039](#)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) [040](#)

Vogal João Barbosa (PS) [041](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [042](#)

“Exmo. Sr. Presidente da Mesa e seus respeitosos membros. Ex.mo Sr. Presidente da CM de Aveiro e restantes vereadores. Caros colegas e estimável Público.

No período antes da ordem do dia e neste âmbito podíamos falar sobre saúde e o descontrolo nas suas contas, no aumento do défice nos hospitais EPE, numa Ministra que não querendo tomar decisões atrasa e adia reformas concretas que são necessárias fazer colocando mesmo em risco a qualidade do serviço prestado pelas instituições por opções erradas, cá por Aveiro também não vamos muito bem, o Hospital Infante Dom Pedro queixa-se de falta de capacidade financeira para poder levar a cabo as obras a que concorreu no âmbito do QREN, projectos esses aprovados pelo dito fundo mas que a instituição apesar do financiamento não pode nem vai levar a cabo por falta de capacidade própria.

Na educação temos os alunos das novas oportunidades a entrarem nas Universidades com notas altíssimas e com vários chumbos e disciplinas por fazer, em Aveiro na nossa Universidade temos um aluno que fez o 9º ano, deixou uma disciplina do 10º e chumbou a 3 no 11º, deixou de estudar foi e bem trabalhar, inscreveu-se nas novas oportunidades e tirou 20 a uma disciplina e concorreu com nota de 20, os das novas oportunidades só precisam de uma disciplina, entrou com 20, a melhor nota do País, o melhor aluno claro que não.

Podíamos falar no desemprego galopante, nas falências, nos gravíssimos problemas sociais, na trapalhada das SCUTs, podíamos falar sobre tudo porque infelizmente com este partido socialista no governo nada mas mesmo nada vai bem e o futuro não se mostra risonho.

Mas podendo falar sobre qualquer um destes assuntos que do meu ponto de vista todos apontam para um mau caminho para o País e por mais que digam que não é o Partido Socialista que nos Governa e que tudo o que tem feito não questiono se bem se mal mas na verdade nada tem dado certo com estes protagonistas.

Por isso vou falar da ajuda que todos devemos dar para sair de situações difíceis, cabe a quem governa decidir mas também cabe às oposições democráticas e responsáveis ajudar e dar ideias para que quem governa, governe melhor.

E isto, esta maneira de ser, este estado de espírito responsável e democrático exige coerência, exige responsabilidade e isso implica dizer uma coisa aqui e a mesma lá fora. Penso que quanto a isso e no plano formal e teórico todos estamos de acordo.

Mas o problema é a prática e quanto á prática, Amigos do Partido Socialista organizem-se e digam da vossa justiça, revelem as vossas posições, mas por favor sejam coerentes e mantenham todos a mesma posição para que nós aqui deste lado que até apreciamos os vossos discursos saibamos quando é que eles são para levar a sério ou se muitas vezes e quando dá jeito a posição do partido aqui é uma, ali em cima é outra, no Rossio já é diferente e depois ainda vêm os iluminados de Lisboa com uma outra posição umas vezes igual a alguns outras vezes nem por isso. Senão vejamos:

Aveiro capital do lixo, todos ouvimos aqui, Aveiro clister do lixo todos ouvimos alto e bom som, Aveiro já deu para esse peditório agora esse mau investimento que vá para outro lado, opinião dos deputados da bancada do PS nesta Assembleia, deputados da nação, deputados pelo círculo de Aveiro na presença dos líderes das Estruturas distrital e Concelhia do Partido Socialista louvam e aplaudem o investimento do Estado na Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, ouviram bem louvam e aplaudem o investimento do Governo na Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, então ajudem-nos mas tenham uma só posição, quem manda, não têm opinião formada e andam à deriva, ou pior ainda cada um diz a sua opinião.

Deste lado gostávamos de saber de uma vez por todas e da voz de alguém autorizado no PS Aveiro se o investimento na dita unidade é ou não um bom investimento?

Sendo segundo os Deputados do Partido Socialista “um modelo de investimento económico com retorno” e “ uma aposta forte do Governo nos projectos ambientais” sendo que esta ultima intervenção ou opinião é do presidente da estrutura local do PS Eduardo Feio.

A pergunta que se me coloca é se este Executivo liderado pelo Dr. Élio Maia e apoiado pelo Partido Social Democrata fez ou não bem, em tudo ter feito para que este investimento e esta infra-estrutura tivesse vindo para o nosso concelho?

Nós no PSD e agora acompanhados pelos Deputados da Assembleia da Republica, pelo Líder distrital e pelo líder concelhio do Partido Socialista respectivamente Pedro Santos e Eduardo Feio, entende-mos como sempre entende-mos, aqui e lá fora que a Unidade de Tratamento Mecânico Biológico é um modelo de investimento económico com retorno e uma aposta forte num projecto ambiental.”

Vogal Pedro Pires Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [043](#)

“Senhor Presidente, nem de propósito. Eu tinha pensado fazer uma intervenção sobre a estação de tratamento. Mas fazer num tom diferente, mas dado as intervenções do público aqui esta noite e que até fundamentaram o meu protesto. Devo dizer o seguinte: não há nenhuma divergência de pensamento entre o presidente da Concelhia local e o presidente da Distrital Pedro Nuno Santos e dos deputados do PS, em relação à valia do investimento que o Estado está a fazer na estação de Tratamento. Tem a ver com a solução que é dada para o problema do lixo (que é de todos) e por alguma resposta que o estado tem de dar para resolver este problema.

O que o PS local diz não tem a ver com a estação de tratamento, tem a ver é que uma estação de tratamento deste tipo tem sempre custos sociais nas localidades onde estão inseridas. E o PS Aveiro entende que os custos sociais que já deu com a colocação do aterro em Aveiro já foram dados aquando a instalação do aterro em Taboeira e que agora devia ter lugar noutra localização. E nós sempre dissemos isto em toda a discussão.

O PS não compreende e isso sim, ainda bem que abordou a questão, é que, os partidos vão ter que com esta crise fazer uma reflexão. Nós assistimos nos cafés, em todo lado, toda a gente discute o défice que era uma coisa que não discutiam. Toda a gente discute as contas públicas, os investimentos. Já não há a mesma tolerância para quando se encontra alguém com um ordena do absolutamente fora do normal. E censura seja feita: isto aconteceu nos governos do meu partido e acontece hoje, mas aconteceu em governos do PSD. Por exemplo, eu acho mal, a Fundação de Guimarães em que os gestores têm ordenados na ordem dos catorze mil euros e agora propõem uma redução para doze mil euros!? Só podem estar a brincar. E portanto, eu que todos nós temos de ter alguma calma. Porque não resolve a questão estarmos à espera que se troque de governo. Porque a simples mudança no governo não nos vai resolver o problema. Porque Portugal não pode nem tem tempo para esperar a mudança governativa. E o mesmo em relação à Câmara de Aveiro.

Aveiro não tem tempo para esperar que troque o executivo e que venham eleições — quando estamos em início de mandato e faltam três anos para terminar. Não tem tempo para esperar!

Mas o que se assiste aqui em Aveiro é muito mais gritante, porque é uma permanente falta de rumo em todas as situações. Nós assistimos hoje aqui a um cidadão a fazer uma intervenção no período de público, em que o presidente lhe teria dito, que eu só posso achar (muito sinceramente) que são falsas, mas não vi o desmentido por parte do Presidente da Câmara quando teve oportunidade de o fazer aquando do meu protesto. Protesto que fiz da forma mais contida, na esperança de que o Presidente da Câmara se tivesse eventualmente esquecido do apontamento que tinha para fazer uma consideração a esse respeito.

Eu acho grave. Eu acho grave porque as imputações que foram feitas é de que, o Presidente terá dito que algumas decisões camarárias são feitas pela ‘rama’. É grave.

E escusamos todos de estar a por a cabeça na areia. E vamos nós ter este presidente e esta Câmara até 2013. São estes os que temos e Aveiro não pode esperar até 2013.

Aveiro tem de começar a resolver os seus problemas e têm de começar a resolver agora. Aveiro não tem uma única prioridade. O problema financeiro deve ser o problema prioritário da Câmara, como é evidente. Mas depois disso, de uma situação tão específica de dificuldades financeiras, a Câmara deve definir as suas prioridades porque os recursos são muito mais escasso. E a questão é que não se vê isso!

Exemplo, põem-se as estátuas na rua, mas pára-se a obra do Centro Interpretativo Ambiental. Arranca-se com a obra e depois pára-se com a obra. A obra quando esta Câmara entrou não estava sequer adjudicada. Iniciaram a obra, mas depois a obra parou para passar a dar prioridade às estátuas, mas depois duplicam o investimento nas

iluminações de Natal — ou seja não há um rumo e vão fazendo questões meramente pontuais.

Por exemplo em relação à estação de tratamento (e que nos preocupa) e que nós queremos deixar bem claro, foi feito um traçado para uma estrada dedicada para acesso dos camiões do nó Sul à estação de tratamento. E a Câmara na altura não se quis pronunciar. E ao que parece agora é contra esse próprio traçado!? O certo é que a estrada não está sequer iniciada e é necessária para que os camiões não andem a circular como às vezes acontece, por dentro das povoações, no centro de Eiról, Eixo, e Requeixo para irem para a obra da estação de tratamento mecânico biológico.

Só para explicar que não faz nenhum sentido este tipo de situações e é preciso alguma focalização do trabalho que estamos a ter. Mesmo nas próprias reuniões de Câmara a sensação que este executivo faz transparecer é de que nem sequer tem o cuidado de estar a par do conteúdo de todos os dossiers. Não pode ser! É altura de dizer basta. É com este executivo que Aveiro tem de procurar crescer nos próximos três anos e portanto Dr. Élio Maia, mesmo que lhe deseje que perca as eleições em 2013, o que é certo que durante estes três anos tem de trabalhar decentemente em prol dos aveirenses.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [044](#)

“Boa noite a todos. Para já um Bom Natal e um Bom Ano para todos colegas e os amigos desta Assembleia.

Eu quero iniciar em princípio... elaborar quase que um protesto relativamente ao que está acontecer nesta Assembleia. Já não é a primeira vez que muitos dos assuntos que devem ser tratados no período da Comunicação do Senhor Presidente da Câmara são tratados no período de antes da ordem do dia. Eu acho isto um desrespeito não só pela Assembleia mas também para com todos aqueles que cumprem religiosamente as regras que estão estabelecidas. Porque não propícia uma discussão racional, objectiva e inteligente. Porque aqueles que cumprem não discutem esses assuntos neste período, fazem-no posteriormente. E aqueles que não cumprem saem beneficiados. Ou seja, é o benefício do infractor. São ouvidos, saem nos jornais. Isto é tudo muito interessante mas a verdade é que as regras devem ser para cumprir. Por isso ou o Senhor Presidente muda o Regimento porque isto não está bem ou as regras são para cumprir e o Senhor deve chamar atenção disso.

Portanto, peço-lhe por favor que, actue da próxima vez, ou terá de me ouvir certamente.

Por isso não vou falar de assuntos que não têm a ver com assuntos da Comunicação.

Bom, gostaria de fazer duas perguntas à Câmara do que aparentemente está agora aí na berra relativamente aos comboios de alta velocidade. E se tem alguma posição relativamente ao adiamento — gostaria de ouvir a Câmara sobre esta questão.

Também, já agora, nem todas as coisas são más, algumas também são boas, para informar a Câmara que existe uma taça em Aveiro de Xadrez e em muitos anos a taça foi ganha agora por um clube de Aveiro, o Galitos. Foi uma coisa muito boa e eu julgo que merece o aplauso de todos. Também este clube eclético, para vossa informação, obteve dois campeões nacionais em sub-rápidas de xadrez e ainda excelentes classificações noutros sub. Portanto para dizer que as coisas não são sempre más — e para por um pouco de boa disposição também nisto. Por isso parabéns ao clube os Galitos. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa: [045](#)

“Faço minhas as suas palavras, designadamente que o PAOD é para abordar assuntos que não tenham cabimento na ordem do dia e designadamente na Comunicação do Presidente. E mesmo não constando da Comunicação, até porque o tempo que os senhores deputados têm de intervenção mais alargado nos outros pontos, até com menor stress, poderão falar muito mais e melhor sobre as questões do município mesmo que não conste da Comunicação — fica bem essa transposição de assuntos sejam eles quais forem.

No PAOD é de facto destinado a assuntos gerais, sobretudo aqueles que tenham repercussão municipal. Alertamos mais uma vez aproveitando a sua intervenção, para fazer esta pedagogia com os senhores deputados.”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁴⁶

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁷

“Boa noite Sr. Presidente, Executivo, colegas de bancada, munícipes. Eu, antes de começar a minha intervenção, gostava de perguntar o seguinte: esta moção de censura, que foi entregue pelo Bloco de Esquerda, presumo que vá ser submetida à votação e terá um período próprio de discussão prévio. É neste aqui? Agradeço a possibilidade de me ter inscrito posteriormente. A minha intervenção recai precisamente sobre esta moção e vem na continuidade de algumas questões que aqui foram ditas e que são discutidos antes da comunicação do Sr. Presidente.

Ao ler esta moção, e como nós vamos ter que a votar, há questões que se levantam, a começar pela seguinte: a primeira tem a ver com o impacto ou os impactos que esta moção reflecte, ou tenta transcrever, para o Município de Aveiro. Ou seja, há aqui um conjunto de situações que me parecem que extravasam a discussão que podemos ter neste plenário. E penso que, dentro desta medida, será extremamente complexa uma posição ponderada sobre uma decisão a ter sobre esta moção. Sobre a incidência, em termos de Município de Aveiro eu vejo aqui duas ou três linhas que se reportam, precisamente, a esse facto. Mais... não vejo aqui nenhuma linha, nesta moção, que faça a integração deste assunto com as questões de mobilidade deste município. E penso que essas sim são bem mais interessantes de ter e são bem mais preocupantes face àquilo que se está a passar e que oportunamente teremos oportunidade de debater noutros pontos desta Assembleia.

Há aqui uma parte desta moção que, penso, até incorre na tentativa de fazer um juízo de valor sobre a gestão do Conselho de Administração da CP. E eu não estou em crer que seja o local próprio e que tenhamos os fundamentos suficientes para tomar uma decisão sobre questões deste calibre. É só o que tenho a dizer sobre isto.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁴⁸

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁴⁹

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁵⁰

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁵¹

Vogal Ernesto Barros (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵²

“Muito obrigado Sr. Presidente. Parece que mais uma vez o Bloco de Esquerda não quer respeitar a democracia. Porque se, realmente, eles fossem umas pessoas sensatas e até concordassem com este nosso trabalho na Assembleia e da democracia, tinham, antes de apresentarem sozinhos esta moção e outras que têm apresentado, apresentado solidariamente a proposta. Tinha convocado uma reunião, até por mail enviado aos líderes dos grupos parlamentares para conversar com os seus elementos, para que se concretizasse uma moção com pés e cabeça. Mais uma vez caíram no mesmo erro. Não sou eu que devia estar a dizer isto, mas fui obrigado a isso.

Eu apelo ao Bloco de Esquerda para, se realmente quer ter protagonismo, que tenham protagonismo democrático. Que digam às pessoas, que falem connosco, que nós estamos aqui para defender os interesse e para melhorar as condições do Concelho de Aveiro e de toda a região de Aveiro. É isto que eu deixava dito, desde já.

Outra coisa que eu queria falar... parece que foi há pouco tempo aprovada a defesa da costa do Furadouro com os chamados “geobags” ou sacos de areia para defesa da orla

costeira. Finalmente parece que se está a deixar a malfadada pedra que protegia a nossa costa, e que protege muita coisa e que também faz muitos erros.

Eu queira fazer ver à Câmara que é uma das soluções ideais para proteger, regularizar e requalificar os muros das nossas marinhas, precisamente com este tipo de material. Portanto, fica aqui um aviso à Câmara Municipal que quando pensar olhar verdadeiramente para os nossos canais, para a regularização das marinhas e para tudo em torno da nossa ria, a nível de defesa, em vez de vermos lá pneus velhos, entulhos e etc., etc., etc., que contacte a região hidráulica porque a solução que está a ser e foi tomada para o Furadouro dá perfeitamente para se adaptar para a Câmara de Aveiro. Era só isto que eu tinha para falar e muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁵³

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁵⁴

Vogal Ernesto Barros (CDS-PP)⁰⁵⁵

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁶

“No período antes da ordem do dia irei falar sobre o tema da segurança e da ordem pública. Esta questão tem sido já repetidamente referida nesta Assembleia, nomeadamente pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz (que o voltou a fazer hoje). Nos últimos meses têm-nos chegado, pela comunicação social ou directamente por cidadãos afectados, inúmeros relatos de acontecimentos que põem em risco a segurança de pessoas e bens e que alteram a ordem pública. O crescimento destes acontecimentos é extremamente preocupante e afecta significativamente a vida dos cidadãos Aveirenses. Cumprindo a função de representação que nos foi confiada, damos voz às preocupações dos cidadãos Aveirenses ordenando-as em 3 grandes grupos:

- 1. Pequena criminalidade – Nesta matéria, escutamos e lemos descrições de roubos por esticção em espaços com grande afluência de pessoas, de assaltos em massa a garagens, de furtos de automóveis, de roubos a transeuntes (nomeadamente no bairro de Santiago), entre outros, num crescendo a que não estávamos habituados.*
- 2. Vandalização do espaço público – Crescem também o número de relatos de destruição de mobiliário urbano, de estátuas e de arte urbana, de desacatos e ruído no espaço público.*
- 3. Ordenamento do trânsito e estacionamento – O paradoxo nesta matéria é gritante. Hoje, em Aveiro, compensa mais estacionar em zonas proibidas (nos passeios, em segunda fila, etc.) do que em espaços com parquímetro, com o evidente aumento no desordenamento do trânsito e estacionamento em Aveiro.*

Estas matérias são evidentemente complexas e a sua resolução (ou minimização) requer a participação de vários intervenientes locais. Foi com certeza esse o entendimento que presidiu à formalização legal dos Conselhos Municipais de Segurança, entidade que, em Aveiro, tem um regulamento desde Julho de 2000. O bom senso diz-nos também que estas são questões muito propensas a efeitos de “bola de neve” e que podem desvirtuar o entendimento tácito da convivência social saudável. Devem portanto ser atacados em fases embrionárias.

Face à situação exposta é com enorme estranheza e preocupação que o Partido Socialista verifica que desde o início do actual mandato autárquico (ou seja, há mais de 1 ano) o Sr. Presidente da CMA não se dignou a convocar nenhuma o Conselho Municipal de Segurança de Aveiro, em claro incumprimento do regulamento aprovado nesta Assembleia há mais de 10 anos (que estipula uma reunião ordinária por trimestre) e desprezando um instrumento de trabalho em rede absolutamente essencial.

Sendo conseqüente com as preocupações manifestadas sobre esta matéria e exercendo o seu dever de fiscalização da aplicação dos regulamentos aprovados por esta Assembleia, o

Partido Socialista vai entregar o seguinte pedido de deliberação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro:

“Preocupados com o crescimento do número de relatos de cidadãos relativos a acontecimentos que põem em risco a segurança de pessoas e bens e alteram a ordem pública, e atendendo ao facto de o Conselho Municipal de Segurança não ter reunido desde o início deste mandato autárquico, a bancada do Partido Socialista submete a esta Assembleia a seguinte deliberação:

Que o Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro convoque extraordinariamente o Conselho Municipal de Segurança, nos termos do artigo 6º, alínea 2 do regulamento do Conselho Municipal de Segurança, com o objectivo de efectuar um ponto de situação sobre matérias relacionadas com segurança no Concelho Aveiro e para repor o regular funcionamento deste órgão que, no seu regulamento, estipula reuniões ordinárias uma vez por trimestre.»

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁷

“Muito obrigado Sr. Presidente. Só algumas referências. Eu tinha para perguntar ao Bloco de Esquerda, começando com por esta moção que aqui nos trazem, porque é que esta moção teve um tratamento diferente dos outros assuntos e das outras recomendações que agendou?

É que as outras recomendações que estão agendadas dão para nós podermos debater o assunto. Este texto que aqui nos trazem, é claro que nós não podemos assim estar a apreciar. E a apreciação que é feita é de teor de outras anteriores e que tecem um conjunto de considerações que extravasam aquilo que são as competências desta Assembleia e do conhecimento até da própria Assembleia, e, por isso, de maneira nenhuma nós podemos apreciá-la de outra forma que não sendo este género de desconsiderações acerca da moção que nos apresentam. E por isso não tecia mais comentários quanto a esta forma de nos trazerem aqui alguns documentos para nossa apreciação.

Outro aspecto que gostaria de focar neste período é a referência ao facto de o Sr. Armando Vieira ter completado vinte e cinco anos como Presidente da Junta de Oliveirinha, e por isso uma Junta do nosso Município. Gostaria de saudar este facto de longevidade que em democracia não é fácil conseguir, e do prestígio que o Sr. Armando Vieira granjeou, não só em Aveiro mas também no todo nacional, exercendo esta sua função de Presidente de Junta. Também gostava de voltar a fazer algumas reflexões no que diz respeito à mobilidade e aos atravessamentos por auto-estrada a que o nosso Município tem estado sujeito. E ainda bem que o nosso Município é atravessado por auto-estradas, e, por isso, a mobilidade tem sido melhor nos últimos anos.

A questão que quero aqui reflectir prende-se com o facto de, há relativamente poucos anos, ter sido iniciada a construção que foi concluída o ano passado, ou até penso mesmo este ano de dois mil e dez, de um acesso de um acesso ferroviário ao Porto de Aveiro. Na altura foi dito e esse investimento foi feito não só em termos monetários, mas também em termos ambientais, e que Aveiro está a pagar por esse mesmo investimento, com essa acessibilidade ferroviária ao porto de Aveiro o Município iria ficar então dotado de uma infra-estrutura que evitaria um tão grande número de camiões a deslocarem-se para o Porto de Aveiro. Aquilo que tenho verificado nos últimos tempos, e tenho questionado outras pessoas sobre esse assunto, é que nunca vi nenhum comboio. Também é daquelas coisas... eu não estou constantemente a olhar para aquela linha à espera que o comboio passe, mas outras pessoas que também vão passando por aquela zona, ninguém vê passar os comboios. E isso começa a preocupar-me em termos de investimentos que nos pedem para fazer e que não são reprodutivos.

Bom, pelos vistos, há alguma informação que eu desconheço porque há alguém que “anda a ver passar os comboios”. Não eu... Não eu, é alguém ali do Partido Socialista.

O que é um facto é que eu estava à espera que um investimento desta ordem de natureza tivesse um retorno grande. E não vejo nem grande, nem pequeno. Aliás, passando pela estação de triagem de Cacia também não se vê movimento absolutamente nenhum. Está deserto.

E preocupa-me, realmente, que o nosso Governo ande a investir em Aveiro desta forma e depois nós não possamos tirar o benefício que nós poderíamos tirar. Eu só pedia um benefício... para já não falar daqueles que já não podemos fazer nada, que é daquela estrutura que está ali montada e, por isso, em termos ambientais já não há nada a fazer. Também já não peço o benefício económico que esta infra-estrutura, que eu achava que ia ter um retorno muito grande, mas que afinal também não é aproveitada.

Mas que pelo menos os camiões pudessem deixar de utilizar este troço da auto-estrada, que em tempos se chamou IP5 e que agora se chama A25, para na realidade nós desvalorizarmos aquilo que é a classificação desta estrada para se poder tornar numa verdadeira circular de distribuição de trânsito, em Aveiro. E para que possa exercer a sua função distribuidora do trânsito e não mais que isso, com uma diminuição de camiões e melhorando, não só o trânsito, mas melhorando também a poluição que nós sentimos em toda esta zona norte da cidade de Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires Rosa (PS)⁰⁵⁸

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁵⁹

Presidente da Mesa:⁰⁶⁰

Da Câmara Municipal

Vereadora Maria Luz Nolasco⁰⁶¹

Vereador Carlos Santos⁰⁶²

Vereador Pedro Ferreira⁰⁶³

Presidente da Câmara:⁰⁶⁴

“Com o pedido das maiores desculpas aos Srs. deputados que cumpriram com o regimento e com a lei e que não usaram de subterfúgios e de esquemas para colocarem assuntos que poderiam ser colocados no âmbito da comunicação escrita, dar apenas duas informações que penso serem os dois assuntos que faltam.

Em relação ao hospital, como aqui foi referido, no PUCA está previsto um espaço para acertar a instalação desse futuro hospital. Entretanto houve evoluções neste processo. E houve duas evoluções felizes. Uma delas teve a ver com a instalação em Aveiro do curso de medicina na Universidade e a outra notícia, também feliz, é o projecto da nova unidade de Imagiologia, também na Universidade, e que irá ficar ali na zona envolvente próxima do hospital, da universidade e da juventude.

Estas duas novas realidades que surgiram, felizes e positivas para Aveiro, levaram, naturalmente, todos os agentes envolvidos a reflectir sobre esta questão da localização do hospital.

E nas conversas, nas diferentes reuniões que têm existido com a Universidade de Aveiro, com o Hospital, naturalmente, em primeiro lugar, com o Ministério da Saúde, vai ganhando força esta ideia que - aquilo que era a ideia inicial que o hospital se pudesse deslocalizar para um outro espaço - pudesse vir a ficar instalado ali ou expandir-se naquela zona. Da nossa parte tem sido colocada uma questão que condiciona essa opção futura e que tem a ver com esse espaço a existir ou essa instalação tem que ter dimensão, tem que ter qualidade e tem que ser uma mais-valia urbanística para aquele espaço.

O que significa que a concretizar-se tem que haver da parte do Ministério a aquisição de alguns terrenos naquela zona envolvente, nomeadamente o estádio, o campo de treinos, etc.,

etc., o que daria já uma área que, neste momento, é de trinta e pouco mil metros quadrados, penso que o Hospital, neste momento, tem uma área de trinta e cinco mil metros quadrados, passaria qualquer coisa como cento e cinquenta mil metros quadrados. E aí parece-nos que já conquista espaço, já conquista dignidade e pode ser ali uma mais-valia importante. Se estas condições se concretizarem, a nossa intenção e o nosso desejo, temos caminhado nesse sentido, é que a localização seja ali concretizada. É essa a posição que temos vindo nessas reuniões.

Temos, no entanto, como sabem, um processo complexo que envolvem muitas entidades e que envolvem também compromissos para o futuro com muito valor, pelo que, naturalmente, esse caminho faz-se caminhando, e é o que estamos aqui a fazer.

A segunda e última questão tem a ver com a proposta que o Sr. Presidente da Junta de Cacia aqui fez. Nós temos acompanhado este drama e este sofrimento que o Sr. Presidente da Junta de Cacia, especialmente, porque é um drama que afecta mais freguesias e mais situações, mais localidades e mais cidadãos, mas de uma forma especial cria ali uma situação mais fracturante em relação em Cacia, e, naturalmente, reafirmar ao Sr. Presidente da Junta que estamos disponíveis, como é nosso dever, para prestar toda a nossa colaboração para tentar minorar aquele que é um gravíssimo problema que Cacia e não só estão a sentir. Muito obrigado.”

De seguida, nos termos regimentais, o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para uma consensualização com a Comissão Permanente.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa informou do decidido na Comissão sobre as propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista.

Continuando, colocou à votação do plenário a admissão para discussão da proposta do Bloco de Esquerda, sendo a admissão da mesma rejeitada por não ter obtido os dois terços necessários, nos termos do artigo 36.º do Regimento.

De seguida usou da palavra o Vogal:

Membros da Assembleia

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente apresentámos esta proposta depois de nas duas últimas assembleias municipais o Partido Socialista ter chamado atenção da necessidade da Câmara ter de convocar o Conselho Municipal de Segurança — o que não aconteceu até esta altura.

Com todas as justificações que foram apresentadas pelo meu camarada Paulo de Jesus, não vou naturalmente repetir, nós consideramos que não havendo por parte da Câmara sensibilidade para esta questão (ou não tendo havido até agora), pedíamos a esta Assembleia Municipal através do Senhor Presidente que solicitasse à Câmara a convocatória do Conselho Municipal. Mas como a proposta que temos tem a figura de ‘deliberação’ e sendo deliberação tinha de ter sido agendada na ordem de trabalhos desta Assembleia, não foi agendado porque nos pareceu que não era necessário dar um peso político público a esta questão, porque o que queremos apenas é que o Conselho Municipal de Segurança reúna. E portanto o que ficou da conferência da Comissão Permanente foi que se a Câmara Municipal, mais uma vez não for sensível a esta questão, esta iniciativa do Partido Socialista e não convocar o Conselho Municipal de Segurança no decorrer do mês de Janeiro, os cinco grupos municipais assinarão unanimemente esta proposta do Partido Socialista e votarão por unanimidade que o Presidente desta Assembleia solicite ao Presidente da Câmara a convocação do Conselho Municipal de Segurança. Muito obrigado.”

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁶⁸ a primeira reunião da Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 27 de Dezembro (2.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 01:00 horas do dia 23 de Dezembro de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)